

EDUCAÇÃO ESPECIAL: DA EXCLUSÃO A INCLUSÃO SOB UMA PERSPECTIVA PSICOPEDAGÓGICA

Geovânia Maria Vieira de Souza

RESUMO

Os avanços legais têm proporcionado grandes conquistas para a implantação das políticas públicas de inclusão social. Contudo, ainda se observa a marginalização social das pessoas com necessidades especiais. A literatura aponta que uma das lacunas que impedem a política inclusiva se tornar realidade cotidiana nas escolas é a falta de capacitação profissional. Diante disso, este artigo tem como objetivos refletir e discutir as práticas do psicopedagogo no que concerne à Educação Especial e à Inclusão escolar e social. A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica, sob uma perspectiva biopsicossocial do indivíduo. Conclui-se, portanto, destacando a necessidade de um olhar do psicopedagogo que facilite a compreensão da singularidade de cada sujeito, do desenvolvimento e do processo de ensino-aprendizagem da pessoa com necessidades especiais. Deste modo, a atuação psicopedagógica deve proporcionar, por meio de práticas interdisciplinares, promover a autonomia, na vida educacional e social, desses indivíduos.

Palavras-Chave: Pessoas com necessidades especiais. Educação Especial. Psicopedagogia. Inclusão Escolar.

SPECIAL EDUCATION: FROM EXCLUSION TO INCLUSION FROM A PSYCHOPEDAGOGICAL PERSPECTIVE

ABSTRACT

The legal advances have provided great achievements for the implementation of public politics of social inclusion. However, the social marginalization of people with special needs is still observed. The literature points out that one of the gaps that prevent inclusive politics from becoming everyday reality in schools is the lack of professional training. Therefore, this article aims to reflect and discuss the practices of the psychopedagogue with regard to Special Education and school and social inclusion. The methodology used was the bibliographical review, from a biopsychosocial perspective of the individual. It is concluded, therefore, highlighting the need for a psychopedagogical perspective that facilitates the understanding of the singularity of each subject, the development and the teaching-learning process of the person with special needs. In this way, psychopedagogical activity should provide, through interdisciplinary practices, to promote autonomy in the educational and social life of these individuals.

Keywords: People with special needs. Special education. Psychopedagogy. School inclusion.

1 INTRODUÇÃO

Sabe-se que as pessoas com necessidades especiais sofrem preconceito e exclusão há muitos séculos, e que a defesa pelos direitos sociais desses indivíduos, por meio de documentos legais, é ainda recente na história.

Deste modo, observa-se ainda a marginalização social de quem apresenta deficiências e necessidades especiais. No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) tornou-se um marco na construção e consolidação da garantia dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes, destacando também o arcabouço necessário para as práticas da Educação Especial.

A literatura aponta que uma das lacunas que impedem a política inclusiva se tornar realidade cotidiana nas escolas é a falta de capacitação profissional. Neste sentido, é importante realçar que o trabalho psicopedagógico tem muito a contribuir no auxílio tanto das escolas e equipes profissionais quanto dos familiares para a promoção do desenvolvimento, e da educação dos alunos especiais, de acordo com suas singularidades e formas de aprender de cada um. Diante disso, este artigo tem como objetivos refletir e discutir as práticas do psicopedagogo no que concerne à Educação Especial e à Inclusão escolar e social.

Dessa maneira, enfatiza-se a necessidade de elaborar trabalhos acadêmicos, tendo como base um aporte teórico e pesquisas científicas, que permitam o aprofundamento da discussão sobre o tema e propicie a reflexão sobre a temática, proporcionando aos profissionais da educação e psicopedagogos clínicos e institucionais a encontrar formas apropriadas para difundir o conhecimento, e de atuar desenvolvendo as potencialidades de cada estudante.

2 BREVE HISTÓRICO SOBRE O PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS

As deficiências sejam físicas ou mentais, congênitas ou traumas posteriores, bem como doenças graves e incapacitantes, transitórias ou permanentes são tão antigas como a própria humanidade (SILVA, 1987). Deste modo, sempre existiram indivíduos com algum tipo de restrição.

Contudo, também se observa que desde o mundo primitivo até hoje, estas pessoas sempre foram ignoradas, tratadas com indiferença pela sociedade independente da época.

Diversas práticas que para hoje pode não parecer cruel era perfeitamente normal para as sociedades de outrora. Por exemplo, Na Grécia Antiga, na cidade-estado de Espartas que era militarista, as mutilações eram frequentes no campo de batalha, onde estas pessoas formavam um grupo com deficiência adquirida e deste modo permaneciam vivas. Por outro lado, os espartanos tinham à cultura de lançar em precipício crianças que nasciam com deficiência (SILVA, 1987).

De acordo com os documentos da época, o pai do recém-nascido deveria apresentar seu filho a um conselho de Espartanos, independente da criança ser deficiente ou não. O conselho avaliava o bebê, caso fosse normal e forte, ele era devolvido ao pai, que cuidava até os sete anos de idade: depois a responsabilidade era do Estado de dirigir a educação da criança para guerreiro. No entanto, se a criança era julgada pelos sábios com algum tipo de limitação física, em nome do Estado, a criança era jogada em um abismo. Os Espartanos achavam que se a criança desde o nascimento não se mostrava bem constituída para ser forte e sã durante toda a vida não seria bom nem para criança nem para república que ela vivesse (SILVA, 1987).

Ainda segundo esta autora (SILVA, 1987), na Roma antiga, pais de crianças que nascessem com deficiências podiam deixar os filhos nas margens dos rios ou locais sagrados, onde pudessem ser acolhidos por famílias empobrecidas ou escravos. Esses indivíduos, cegos, surdos, deficientes físicos e outros tipos de pessoas nascidas com má formação eram também, muitas vezes, escravizados em casas comerciais, tavernas e bordéis. Pessoas nascidas com malformações ou deficiências também atuavam em circos romanos, para serviços simples, e, outras vezes, em trabalhos humilhantes.

Na Idade Média, as pessoas com incapacidades físicas e problemas mentais eram consideradas como castigadas por Deus. Os comportamentos preconceituosos contra aqueles que tinham algum tipo de deficiência - físico ou mental- tinham como apoio às crenças religiosas e a Igreja Católica.

Assim, essas pessoas passaram a ser vistas como seres diabólicos: “assim, dementes e amentes são em essência, seres diabólicos” (PESSOTTI, 1984, p. 12).

Neste mesmo contexto histórico, as pessoas com necessidades especiais também eram marginalizadas da sociedade devido a crença de que teriam sido vítimas de bruxarias. E, desta forma, muitas foram queimadas em fogueiras e condenadas assim como as bruxas.

De acordo com Pessotti (1984), foi frequente na história dos povos, a ansiedade gerada pelo medo do desconhecido. Diante dessas situações sem explicações, a população buscava amenizar as dúvidas e os medos por meio da eliminação das fontes de incertezas. Tudo o que era visto com diferente, desconhecido e estranho era visto como demônios, que precisavam ser expulsos com os açoites ou a fogueira, com a intenção de não contaminar todo o resto da sociedade.

A filosofia humanista e o surgimento dos Direitos Humanos, no período conhecido como Renascimento, marca uma fase mais iluminada das sociedades em geral. Como reflexo, observa-se um fortalecimento do pensamento de que as pessoas com deficiência deveriam também receber mais atenção. Destarte, no século XVI, houve muitas melhorias na compreensão e na qualidade de vida das pessoas com necessidades especiais que, até então, eram consideradas incapazes de aprender algo (SILVA, 1987).

De acordo com Silva (1987), a Igreja Católica já não mais possuía total controle sobre o pensamento do ser humano e nem da forma como a sociedade se organizava. A partir desse momento histórico, o homem deixou de ser um escravo da ira divina e o modo revolucionário de pensar na sociedade mudaram muitas atitudes. Já havia mais interesse pela ciência e pelas teorias em oposição aos conhecimentos cristãos. Foi um importante momento para a vida do homem menos privilegiado, inclusive, para aqueles com problemas físicos, sensoriais ou mentais.

Aos poucos os indivíduos com algum tipo de malformação ou deficiência começaram a ser vistos e valorizados pela sociedade. Todavia, esse foi um movimento lento e com resultados pequenos.

Ainda que se verificassem algumas mudanças na vida desses indivíduos devido a maior aceitação da deficiência pela população, não era o suficiente para elas mudarem suas maneiras de agir diante dos deficientes que eram chamados grosseiramente de aleijados. Estes continuaram isolados, sem atenção dos governantes e de suas famílias, entregues à própria sorte.

Já não se pode, justificadamente, delegar à divindade o cuidado de suas criaturas deficitárias, nem se pode, em nome da fé e da moral, levá-las à fogueira ou às gales. Não há mais lugar para a irresponsabilidade social e política, diante da deficiência mental, mas ao mesmo tempo, não há vantagens para o poder público, para o comodismo da família, em assumir a tarefa ingrata e dispendiosa em educá-lo. A opção intermediária é a segregação, não se pune, nem se abandona, mas também não se sobrecarrega o governo e a família com sua incômoda presença. (PESSOTTI, 1984, p. 24).

Aliada à Revolução Industrial, também surgiram as mutilações devido o uso sem proteção das máquinas pelo trabalhador. Tal conjuntura fez surgir a necessidade de elaboração de programas de reabilitação global, bem como a inserção de profissionais com deficiências no mercado de trabalho (SCHEWINSKY, 2004).

Foi no decorrer do século XX que os avanços e a qualidade de vida não só de pessoas com deficiência, mas de toda a população em geral, tiveram um avanço significativo. Em 1919, foi criado na Inglaterra a comissão Central da Grã-Bretanha para cuidar do deficiente. Depois da segunda guerra, o movimento das políticas públicas em prol das mudanças para a melhoria de vida das pessoas com deficiência, ganha o apoio das Organizações das Nações Unidas (SILVA, 1987, p. 223;229).

Contudo, no Brasil, existem relatos de crianças com deficiência que eram abandonadas estrategicamente em lugares assediados por bichos que muitas vezes as mutilavam ou matavam (JANNUZZI, 2004). Um dos primeiros avanços na aquisição de direitos de pessoas com deficiências no país ocorre em 1854, quando foi criado o Instituto Benjamin Constant.

Podemos afirmar também que a partir desta data iniciou-se a inclusão da pessoa com deficiência visual na sociedade. José Álvaro de Azevedo, brasileiro que estudou em Paris, trouxe o braile para o Brasil e apresentou ao imperador Pedro II que ficou impressionado e criou o Instituto Benjamin Constant dando início a todo processo da história da educação de pessoas com deficiência visual no Brasil.

O atendimento escolar a pessoa com deficiência teve início no Brasil em 1854, quando então o imperador D. Pedro II, inspirado no exemplo de José Álvaro de Azevedo – jovem cego que estudará na França durante seis anos no Instituto Real dos Jovens Cegos de Paris; inaugurou a primeira escola para cegos na cidade do Rio de Janeiro: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, hoje denominado Instituto Benjamin Constant (ROCHA, 1987).

No que diz respeito ao sistema educacional brasileiro, constata-se que os anos 60 foram marcados por várias ações realizadas na área da educação especial, destacando-se como um aumento notável de crescimento e desenvolvimento do ensino especial.

A partir do final dos anos 1960, e de modo mais destacados nos anos de 1970, as reformas educacionais alcançaram a área de educação especial sob a égide dos discursos da normalização e da integração. A Educação Especial constou como área prioritária nos planos setoriais de educação, após a Emenda constitucional de 1978 e a lei nº 5692/71, de reforma de 1º e 2º graus, e foi contemplada com a edição de normas e planos políticos de âmbito nacional: as definições do Conselho Federal de Educação sobre a educação escolar dos excepcionais, as resoluções dos Conselhos Estaduais de Educação sobre diretrizes de educação especial, a criação dos setores de educação especial nos sistemas de ensino, a criação das carreiras especializadas em educação especial na educação escolar (os professores dos excepcionais) e também no campo de reabilitação (a constituição das equipes de reabilitação/ educação especial). (FERREIRA, 2006, p.87)

No final da década de 70 houve o início do movimento social das pessoas com deficiência. Sabe-se que estas pessoas eram invisíveis para a sociedade, como se não existissem e viviam em instituições que tinham como objetivos de proteger, abrigar e educar, mas que na realidade acabam excluindo-os da convivência social.

Antes disso, ainda havia muita ênfase na caridade e as pessoas eram consideradas de dó, mas não de cidadania. Mas na verdade o que precisavam era de conquistas de direitos. No ano de 1979, através dos movimentos das pessoas com deficiência, estas pessoas passaram a falar por elas mesmas exigindo respeito como ser humano e cidadão, mostrando a sociedade que nenhuma deficiência limita a vida.

Segundo Ranciére (1996), a luta desse movimento social “foi o confronto violento não apenas de interesses, mas de mundos contraditórios”.

Outro importante marco para a celebração e fundamentação dos direitos políticos e sociais da população brasileira foi a promulgação da constituição federal de 1988. Esta lançou também a carta Magna sobre a pessoa com necessidades especiais, como visto no Art. 227 do § 1º,

II – Criação do programa de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente portador de deficiência mediante o treinamento para o trabalho e a convivência e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos. (BRASIL, 1988).

3 METODOLOGIA

Trata-se de revisão bibliográfica, sob uma perspectiva biopsicossocial do indivíduo, tendo em vista que o processo ensino-aprendizagem necessita ser compreendido e estudado por meio de uma visão integrada do ser humano. Neste sentido, foi realizada uma compilação de livros, artigos científicos, e documentos legais que abarcam o tema da atuação do psicopedagogo na Educação Especial.

Após a leitura dos estudos, o conteúdo foi distribuído em quatro categorias temáticas, a saber: marcos importantes para a regulamentação da educação especial (Declaração de Salamanca e Estatuto da Criança e do Adolescente); educação especial: um espaço para todos; o professor e a educação especial; e a atuação da psicopedagogia e a educação especial. Nos dois primeiros temas foram discutidos definições, aportes legais e a importância da Educação Especial.

Nas demais categorias, foi discutido o papel do professor e do psicopedagogo na compreensão, e na elaboração de estratégias e ações que promovam o desenvolvimento e o processo de aprendizagem dos alunos com necessidades especiais.

4 DECLARAÇÃO DE SALAMANCA E O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA)

4.1 Declaração de Salamanca

Ocorreu na cidade de Salamanca, na Espanha, uma conferência internacional sobre necessidades educativas especiais regulada pelo governo espanhol com ajuda da UNESCO. O encontro foi em julho de 1994, e a declaração de Salamanca, como ficou conhecida, teve sua coluna de apoio na ideia de escolas para todos, onde determinava-se que:

Instituições, que incluam todas as pessoas, aceitem as diferenças, apoiem as aprendizagens e respondam às necessidades individuais como tal, constitui uma importante contribuição ao programa que visa a educação para todos e a criação de escolas com maior eficácia educativa (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 3).

Com a Declaração de Salamanca, tornou mais notória o reconhecimento, a educação e qualidade de vida das pessoas com necessidades especiais, em todo o mundo. Acima de tudo, buscou-se o fim da discriminação e a promoção do respeito às diferenças individuais com aplicação das leis desenvolvidas. Propiciou também o processo de inclusão e as políticas educacionais com fundamentos no princípio da igualdade de direitos e objetivos de uma educação de qualidade para todos independentes de suas condições sociais, econômicas e socioculturais.

De acordo com a Declaração de Salamanca o projeto pedagógico deve se adaptar as necessidades dos indivíduos ali matriculados. As escolas devem acolher todas as crianças, independente de suas condições físicas intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem-dotadas, crianças que vivem nas ruas e que trabalham, crianças de populações distantes ou nômades, crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizadas (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, p. 17 – 18).

4.2 Estatuto da Criança e do Adolescente (Eca)

No Brasil, em 1990 o governo federal criou o “Estatuto da Criança e do Adolescente”, que contemplou muitos temas abordados na Declaração de Salamanca, como por exemplo:

Art.11

§ 1º A criança e o adolescente portadores de deficiência receberão atendimento especializados (...)

Art. 54

III – atendimento educacional especializados aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. (BRASIL, 1990. p. 9 – 42).

Observa-se que o ECA se tornou importante divisor de águas na promoção dos direitos e cidadania das crianças e adolescentes brasileiros. Contudo, ainda há muito que ser investido nos diversos âmbitos governamentais. Os alunos com necessidades especiais têm recebido mais atenção e cuidado, buscando a integração desses indivíduos na sociedade, de maneira geral. Salienta-se que a inserção das crianças e adolescentes com necessidades especiais em escolas regulares foi um grande avanço para que de fato exista uma sociedade inclusiva.

5 EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO: ESPAÇO PARA TODOS

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, resolução CNE/ CEB nº 2/2001 determinam no artigo 2º que:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educativas especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (BRASIL, 2001).

A Educação Inclusiva é o resultado de um contexto histórico que vem desencarcerar a educação no exercício da cidadania baseada em uma sociedade onde os valores, a igualdade de direitos e o combate a qualquer forma de discriminação sejam abolidos.

As leis educacionais brasileiras dedicam capítulos à educação de alunos com deficiência. A educação especial tem evoluído de uma forma que visa tanto o assistencial como o bem-estar do indivíduo.

A educação é uma questão de direitos humanos, e as escolas devem ser adaptadas com acessibilidades para incluir os alunos com necessidades especiais. O ensino inclusivo deve educar todos os alunos juntos. Os professores devem ser capacitados, e devem unir-se para melhoria consciente de preparar o aluno com deficiência para a vida na sociedade.

Segundo Vandercook (1988, p. 19), “nas salas de aulas integradas, todas as crianças enriquecem-se por terem a oportunidade de aprender umas com as outras, desenvolve-se para cuidar umas das outras e conquistam as atitudes, as habilidades e os valores necessários para nossas comunidades apoiarem a inclusão de todos os cidadãos”.

A Educação Inclusiva tem como objetivo a estruturação que dá suporte à cultura da inclusão onde todos os alunos se beneficiam. Na Educação Especial as escolas devem adaptar o currículo escolar com elementos que auxiliem os professores a conseguirem uma aprendizagem eficaz em salas heterogêneas, atendendo as diferentes necessidades dos alunos. Porém, esta é uma das maiores dificuldades que a escola tem encarado na atualidade.

6 O PROFESSOR E A EDUCAÇÃO ESPECIAL

Os professores desempenham um papel fundamental como mediadores e facilitadores na formação da aprendizagem. Na educação especial o educador pode utilizar várias estratégias de ensino, como por exemplo, na sala de aula os móveis devem ser dispostos de maneira flexível, onde haja vários espaços para a aprendizagem; adotar

o ensino individual; usar apoio e orientação dos colegas; elogiar realizações e reforçar iniciação; adaptar os materiais.

Para o professor cada aluno deve ser único e especial com sua característica própria, considerando a deficiência como mais uma característica que o aluno pode ter. O planejamento da aula é fundamental, porém cada professor deve desenvolver seu estilo de ensino, onde os alunos sintam-se valorizados e respeitados. O papel do professor deve ser o de explorar as diferenças, dando aos alunos a oportunidade de experimentar e compreender as diferenças preparando-os para a vida secular.

[...] a inclusão é um motivo para que a escola se modernize e os professores aperfeiçoem suas práticas e, assim sendo, a inclusão escolar de pessoas deficientes torna-se uma consequência natural de todo um esforço de atualização e de reestruturação das condições atuais do ensino básico. (MANTOAN, 1997, P. 120).

Tendo em vista a melhoria nas escolas, a Política Nacional de Educação criou o AEE – Atendimento Educacional Especializado, que visa juntamente com o professor e a equipe escolar envolver os pais e responsáveis pelos alunos, trazendo para a escola a fim de esclarecer as dificuldades enfrentadas pela criança dentro e fora da escola, e juntos iniciar o atendimento especializado do educando.

O atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas.

As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela (BRASIL, 2008).

A educação especial veio para contribuir com a qualidade de vida de todos. E o melhor lugar para isso acontecer é no ambiente escolar. É na escola que a criança tem a primeira oportunidade de conviver em sociedade fora do ambiente escolar.

As crianças não têm atitudes de preconceitos entre si, e quanto mais cedo elas convivem com as diferenças, mais cedo passam a ter acesso sobre informações a respeito da inclusão e passam a respeitar e valorizar cada um com sua característica individual.

Para atuação na Educação Especial o professor precisa ter formação especializada com autonomia teórica e metodológica na área de inclusão escolar. Faz-se necessário sair do cotidiano escolar simplificado para a educação na vida e na escola com a prática das ações apropriando-se da realidade, e construindo respostas concretas às necessidades dos alunos portadores de necessidades especiais, auxiliando-os no caminho da autonomia frente ao cotidiano. A especialização do professor, tendo como base a sua formação especial, e com a formação continuada, faz com que o mesmo obtenha os conhecimentos gerais para exercer a docência apto aos conhecimentos específicos da área:

Essa formação possibilita a sua atuação no atendimento educacional especializado, aprofunda o caráter interativo e interdisciplinar de atuação nas salas comuns do ensino regular, nas salas de recursos, nos centros de atendimento educacional especializado, nos núcleos de acessibilidade das instituições de educação superior, nas classes hospitalares e nos ambientes domiciliares, para a oferta dos serviços e recursos de educação especial (BRASIL, 2008, p. 11).

A luta pelo direito de todos à educação não deve ser algo estreito, pois também é a luta dos professores pela adequação de conhecimentos, e a luta da Sociedade as condições necessárias e suficientes à inserção cultural de todos. O apoio do professor é fundamental para uma educação de qualidade com criatividade, bom senso, e a ajuda de outros profissionais, a educação especial traz benefícios para todos.

7 A ATUAÇÃO DA PSICOPEDAGOGIA E A EDUCAÇÃO ESPECIAL

A psicopedagogia estuda questões referentes ao processo de aprendizagem e suas dificuldades, podendo o psicopedagogo atuar na área preventiva e/ou terapêutica. O psicopedagogo – institucional e clínico – desenvolve trabalhos de adaptações com os alunos, em especial, nas questões afetivas, na análise das deficiências cognitivas e bloqueios.

O psicopedagogo institucional trabalha por meio de técnicas e métodos que visam a melhoria das condições do processo ensino-aprendizagem, bem como a prevenção dos problemas referentes ao mesmo, considerando a influência do meio e da família. Ademais, o psicopedagogo nas instituições atua junto com a equipe pedagógica, esclarecendo questões concernentes à relação professor-aluno no âmbito pedagógico, e quanto à relação corpo docente e administrativo, no setor organizacional. Portanto, o profissional entra neste espaço como integrador e facilitador da aprendizagem, observando e auxiliando no processo de socialização, comportamentos e valores.

A psicopedagogia clínica identifica, analisa, planeja e atua na relação entre o sujeito e a sua história pessoal através de diagnósticos e intervenções que facilitem a aprendizagem.

Para o acompanhamento psicopedagógico clínico, o profissional deverá contar com diversas ferramentas e estratégias que tenham como objetivo identificar o que está dificultando a aprendizagem e a melhor maneira do indivíduo aprender, utilizando jogos, brincadeiras, desenhos e outros meios que facilitem o processo. Por essa razão, “a psicopedagogia é o campo da reflexão e do fazer pedagógico, tendo como foco os fatores psicológicos” (ASSIS, 2007, p. 19). Contudo, é principalmente uma área de conhecimento multidisciplinar, que requer conhecimentos da fonoaudiologia, da educação, da psicologia, da filosofia, da antropologia, da medicina, entre outros saberes.

A figura do psicopedagogo é de extrema importância na educação especial, pois auxilia a criança com necessidades educacionais especiais na adaptação escolar.

O profissional psicopedagogo atuante na área clínica e institucional deve concentrar ações com objetivo definido, possibilitando o desenvolvimento da capacidade do indivíduo para que ele venha a ter autonomia, não somente no processo educacional, mas também possibilitando o exercício de sua cidadania, suas capacidades, habilidades e singularidades, em meio social.

Quando a escola tem uma visão transformadora e inclusiva, ela respeita os alunos com suas diferenças, e proporciona aos educandos um suporte que venha diminuir as barreiras, facilitando assim nos seus caminhos socioeducacionais. O psicopedagogo com o trabalho interdisciplinar oferece novas possibilidades que promove o desenvolvimento e as potencialidades do indivíduo.

A psicopedagogia na educação especial, não se prende somente com às dificuldades que a criança apresenta no sistema de ensino-aprendizagem, mas também com a junção do meio social e à construção do conhecimento coletivo.

[...] devido a necessidade do atendimento ao aluno com dificuldades de aprendizagem, atualmente esse ramo preocupa-se não só com o aluno e sua família, mas com tudo que o cerca, influência e constrói: a escola como instituição, a comunidade onde estão inseridos, os professores, a equipe técnica administrativa, [...] dessa forma, é preciso lançar seu olhar para a comunidade, a sociedade e a cultura. O foco deixa de ser apenas clínico e torna-se institucional. (ASSIS, 2007, p. 19-20).

A opinião da família em relação ao desenvolvimento da criança é muito importante para o psicopedagogo chegar a uma análise. Para Bossa (1994, p.74), o diagnóstico psicopedagógico é um processo, um contínuo sempre revisável onde a intervenção do psicopedagogo inicia, segundo vimos afirmando, numa atitude investigadora, até a intervenção. É preciso observar que esta atitude investigadora, de fato, prossegue durante todo o trabalho, na própria intervenção, com o objetivo de observação ou acompanhamento da evolução do sujeito.

Deste modo, o psicopedagogo institucional pode e deve contribuir para a promoção de um ambiente escolar inclusivo, envolvendo a gestão e o corpo docente na promoção de projetos de preventivos e de intervenção, que facilitem a relação entre equipe escolar e alunos, bem como entre os alunos, incluindo a família e comunidade escolar sempre que possível. Tais propostas devem pensar em estratégias que permitam a integração de todos os sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. Além disso, o psicopedagogo também deve auxiliar professores na facilitação da aprendizagem de todos os alunos, incluindo, aqueles com necessidades especiais, em intervenções em sala de aula, bem como em aulas práticas, de campo, bem como na sala de recursos.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi exposto, observa-se um avanço significativo no sistema educacional brasileiro, no que diz respeito à regulamentação legal da Educação Especial. A proposta de Educação Inclusiva tem como intenção promover a integração de crianças com necessidades especiais em ambiente escolar e social, contribuindo para construção de uma sociedade em que haja respeito às diferenças, bem como para a promoção e consolidação dos direitos humanos e a promoção da cidadania.

Salienta-se que apesar das dificuldades presentes em sua implantação, no ensino regular, é possível notar que a Educação Especial tem ganhado espaço no âmbito escolar.

As Políticas Nacionais para discussão do tema regulamentam a necessidade e prioridade da escola regular em acolher e atender as necessidades de cada indivíduo, promovendo uma educação para todos, e garantindo o direito ao ensino de qualidade sem discriminação.

Neste sentido, ao aluno da educação especial deve-se oferecer alternativas pedagógicas, tanto nas salas regulares, quanto atendimento nas salas de recurso.

Deste modo, considera-se a necessidade de capacitar e especializar os profissionais da educação e de sistematizar e disponibilizar práticas pedagógicas adequadas, bem como recursos e metodologias que atendam às singularidades de cada aluno.

Diante deste contexto, destaca-se a importância da presença do psicopedagogo institucional no ambiente escolar para a promoção de ações e intervenções propulsoras da integração e inclusão, discutindo temas como Bullying e diferenças entre as pessoas, assim como para a elaboração de estratégias e projetos de facilitação da comunicação e troca de saberes, e capacitação das equipes de profissionais que compõem a escola. Ademais, o psicopedagogo institucional pode atuar no auxílio do processo de ensino-aprendizagem dos alunos com necessidades especiais, fazendo os encaminhamentos necessários aos demais profissionais da educação, da saúde e da assistência, inclusive ao psicopedagogo clínico.

O presente artigo proporcionou à aluna, um conhecimento aprofundado sobre a Educação Especial. À medida que a exclusão vai dando lugar à inclusão, observa-se o crescimento das vantagens nos espaços educacional e social, na vida das pessoas com necessidades especiais, proporcionando o respeito aos seus direitos e promovendo uma melhor qualidade de vida.

Enfatiza-se que muito ainda precisa ser mudado. Ainda existem muitas barreiras, na arquitetura e construção das ruas, cidades e prédios, para que seja possível respeitar o direito de ir e vir de todos os cidadãos, inclusive, àqueles com necessidades especiais. Por fim, vencer o preconceito da sociedade é um compromisso de todos nós, seres humanos e profissionais, e que possamos lutar para que o país continue investindo em leis e ações que viabilizem a educação digna e os direitos fundamentais à todos.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Arbila Luiza Armindo. **Influências da psicanálise na educação: uma prática psicopedagógica**. 2. ed. Curitiba: Ibpex, 2007.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto por Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira).

_____, **Estatuto da criança e do adolescente**: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

_____, MEC/CNE. **Diretrizes Nacionais para Educação Especial Básica**. Aprovado em 13 de julho de 2001. Brasília: CEB, 2001.

_____, Ministério da Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/ SEESP, 2008.

BOSSA, Nádya. **A psicopedagogia no Brasil**. Porto Alegre, Rio Grande do Sul: Artes Médicas, 1994.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação Especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: Educ., 1993.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre **Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. 1994, Salamanca-Espanha.

FERREIRA, Júlio Romero. Educação Especial, inclusão e política educacional: notas brasileiras. In: RODRIGUES, David (org.). **Inclusão e Educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006.

JANNUZZI, Gilberta de Martino. **A educação dos deficientes no Brasil dos primórdios ao início do século XXI**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2004.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. **Deficiência múltipla e educação no Brasil: discurso e silêncio na história de sujeitos**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 1999.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **O desafio das diferenças na escola**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

PESSOTTI, Isaías. **Deficiência Mental: da superstição à clínica**. São Paulo: EDUSP, 1994.

RANCIÉRE, Jacques. O disseno. In: NOVAES, Adauto. (Org). **A crise da razão**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

ROCHA, Hilton. **Ensaio sobre a problemática da cegueira**. Belo Horizonte: Fundação Hilton Rocha, 1987.

SILVA, Otto Marques. A Epopeia Ignorada: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje. São Paulo: Cedas, 1987. p. 223; 229.

SCHEWINSKY, Sandra Regina. A barbárie do preconceito contra o deficiente – todos somos vítimas. **Acta fisiátrica**. São Paulo. v. 11., n. 1, p. 7-11., abr 2004.

VANDERCOOK, T. et. al. **Cath, Jess, Jules, and Ames... A story of friendship**. IMPACT. 1988.